

ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA E UMA POLÍTICA DE REPARAÇÃO

SOLIDARITY ECONOMY AND EDUCATION: AN EMANCIPATORY PERSPECTIVE AND REPAIR POLICY

Sônia Marise Salles Carvalho¹

RESUMO: O texto reflete sobre a possibilidade histórica de emancipação da sociedade por meio da proposta da Economia Solidária com ênfase na relação entre educação e trabalho. A educação pode engendrar a mudança social, desde que respeitada a condição humana. É preciso que haja o reconhecimento da diversidade dos grupos sociais e suas necessidades de produção e reprodução da vida de forma digna, tendo o trabalho humanizado como o mediador desse processo. Nessa argumentação as ideias foram dispostas em três momentos: o primeiro implica nos desafios da sociedade brasileira mediante o modelo de desenvolvimento dominante no país. O segundo apresenta a possibilidade histórica de uma política de reparação por meio de outra forma de economia e um novo processo educativo, que permita o exercício da solidariedade democrática. O terceiro apresenta uma proposição elaborada pelos atores que fazem parte da construção do movimento de Economia Solidária no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho, Educação, Economia Solidária.

ABSTRACT: The text reflects on the historical possibility of emancipation of society through the proposed Solidarity Economy with emphasis on the relationship between education and work. The education can engender social change, provided that respected the human condition. It is necessary to have the recognition of the diversity of social groups and their production and reproduction needs a dignified way of life, and humanity work as the mediator of this process. In this article, the ideas were laid out in three stages: the first involves the challenges of Brazilian society by the dominant development model in the country. The second presents the historical possibility of a repair policy developing another form of economy and a new educational process, allowing for the exercise of democratic solidarity. The third presents a proposal drawn up by the actors who are part of the construction

¹ Doutora em Sociologia do Trabalho. Professora da Faculdade de Educação/FE Universidade de Brasília/UnB, Brasília/Distrito Federal/Brasil. smarises@yahoo.com.br

Desafios do Brasil mediante o modelo de sociedade vigente no país

O Brasil não tem realizado uma mediação ética entre o discurso, o espírito e a prática das Leis que normatizam o social, mediante um modelo de sociedade que se caracteriza por uma intervenção mínima do Estado na garantia dos direitos sociais e pela presença de uma sociedade civil pouco articulada e consumida pela competição e pelo consumo reforçando ainda mais uma sociedade da distinção.

A principal consequência desse fato histórico tem sido a falta de uma partilha equitativa da produção material, gerada socialmente, o que motiva muitos indivíduos, desprovidos desses bens, a buscar outros meios de reproduzir a vida. Não há como separar justiça social e trabalho, considerando que a falta de igualdade de oportunidades acarreta a injustiça social e reforça os vínculos sociais de caráter mais utilitário e menos generoso entre as pessoas.

Não há como manter o tecido social saudável se não houver mudanças de ordem simples: assegurar a todos a oportunidade de fazer parte da sociedade como cidadãos, ou seja, participarem equitativamente da redistribuição da riqueza social na medida em que fizeram parte de sua produção. Essa constatação sinaliza “o direito a ter direitos”, referente aos bens materiais produzidos pelo sistema de produção capitalista, tanto no aspecto material quanto simbólico (ser reconhecido e respeitado).

A realidade brasileira emite sinais sobre essa situação, materializados no aumento da violência, da criminalidade e do desrespeito à vida humana, o que afeta a trama social podendo impactar as próximas gerações se não forem reconhecidas a urgência de alinhar justiça social, educação e trabalho.

Destacamos a nossa compreensão dos elementos estruturadores que interferem na mediação qualitativa entre trabalho e educação e que desafia o Brasil na busca de alternativas para fazer valer os Direitos Humanos:

1. A leitura do social de forma fragmentada, reforçando ações desarticuladas.
2. A percepção de justiça social ainda restrita a uma política de assistencialismo, reforçando o papel do Estado como distribuidor e interventor (de polícia), associado ao dualismo do Bem contra o Mal e ancorada pela privação da liberdade;
3. Concepção de cidadania, onde a polis é considerada como o lugar de ampla competição, assumindo a cultura da “lei do mais forte”, “do mais esperto”, “do

poder que constrange o social” e do “dinheiro que tudo compra”;

4. Descompromisso com as futuras gerações no sentido de não possibilitar a constituição e manutenção de vínculos sociais, mediados pela cooperação e pela ética, comprometendo a garantia da condição humana em transformar os indivíduos em sujeitos históricos, ou seja, capazes de promover a mudança social.

5. A forma de compreensão e de ajuste das soluções pensadas por governos e estudiosos do tema vinculado a ciência cartesiana, uma cultura de causa e efeito, insuficiente para promover mudanças que possam efetivamente transformar a ordem das coisas.

Esse conjunto de elementos transforma nossos dias em dias de desafios profundos, porque as medidas governamentais estão ancoradas por dispositivos políticos e ideológicos focalizados por interesses de classes e de grupos econômicos que detém o poder de controlar a coisa pública.

O impacto maior tem sido um processo educativo que reforça trocas sociais fundamentadas em interesses individuais em detrimento dos interesses coletivos, podendo levar a um sofrimento psíquico alinhado às trajetórias de vida de exclusão e falta de reconhecimento social.

O final do século XX aprofunda essa dimensão da vida social e ocasiona uma mudança profunda na vida dos brasileiros (as), pelo empobrecimento material e de valores sociais, causada pela ausência do Estado na garantia do bem-estar da sociedade, comprometendo a segurança moral e psíquica e contribuindo para a fratura social.

Em síntese, a banalização da injustiça social tornou-se proporcional às diferentes formas de violência e esse fato social deve-se a uma distribuição desigual da riqueza social e a uma cultura neoliberal que preconiza o individualismo, a competição e o acúmulo de bens materiais como elementos de poder e de felicidade. Esses elementos norteiam a vida do brasileiro (a) e uma vez excluídos (as) do direito de possuir esses bens e de competir em igualdade no mercado assalariado estão compelidos a uma situação de desfilados do sistema, na concepção de Castel (1998).

Esse fato pode ser comprovado pelos dados do Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira, no período de 2014/2015, ao mostrar que a concentração de renda e riqueza entre os mais ricos é substancial, sobretudo no último milésimo de renda. Em média, o 1% mais rico acumula 14% da renda declarada no IRPF e 15% de toda a riqueza. A elevada desigualdade no topo da distribuição de renda tende a limitar a igualdade de oportunidades na sociedade e pode ser um inibidor do cresci-

mento econômico.

Esses dados fortalecem a crença da mercantilização das pessoas e a supremacia da esfera econômica em detrimento do político e do social, cuja consequência é manter o sentido da relação entre o mercado, a sociedade civil e o Estado com supremacia do mercado representado como o lugar de excelência da liberdade e da felicidade. Essa condição dada pelo modelo de sociedade capitalista coloca a educação como o lugar da aprendizagem de ser mais competitivo no jogo das trocas sociais. Certamente, a vida social caminha para sua própria insustentabilidade caracterizada de privações de ordem material e simbólica, comprometendo as relações sociais na família, na comunidade e na sociedade em geral.

Mediante esse relato recuperamos os estudos de Dowbor (2002) quando sistematiza essa questão por meio dos desafios a serem vencidos no século XXI na busca da sinergia entre o Estado e a Sociedade, os quais podemos destacar: 1) desafios subjetivos: manifestados pela vontade política e o comprometimento do governo na afirmação de um desenvolvimento sustentável; 2) desafios sociais: dada a questão da desarticulação entre secretarias, órgãos e programas e da integração das políticas urbanas, com descentralização político-administrativa edificuldades para conciliar interesses específicos e localizados com interesses coletivos; 3) desafio educacional: pela afirmação de uma educação tecnicista e sem formação cidadã; 4) desafios políticos: pelo risco de descontinuidade dos projetos, lentidão do processo decisório e programas com teor mais redistributivos que emancipatórios; 5) desafios econômicos: pela falta de distribuição democrática dos recursos materiais e 6) desafios culturais: com a persistência de elementos clientelistas, assistencialistas e discriminatórios nas relações sociais.

Para enfrentar esses desafios sinalizamos duas diretrizes no campo educacional que podem orientar as políticas públicas de Educação voltada para a promoção da justiça social. A primeira diretriz refere-se amudança de concepção referente à ciência e a educação o que significa:

- Contribuir para a mudança de paradigma na relação entre ciência e técnica e na relação entre o mercado, sociedade civil e Estado;
- Considerar a educação como o lugar de múltiplas dimensões para assegurar sua possibilidade de integrar políticas públicas e evitar a diluição de recursos públicos (Ministério de Segurança Alimentar, Trabalho e Emprego, Educação, Desenvolvimento Social e outros);
- Associar o campo da educação às questões que envolvem a reforma tributária, fiscal e previdenciária;

- Reconhecer a existência de grupos sociais que praticam outra forma econômica e organização do trabalho e que desejam outra proposta de educação;
- Promover a integração social relacionando educação e trabalho; justiça social e violência, distribuição de renda e cidadania;
- Estimular o desenvolvimento de programas e pesquisas voltados para o interesse da sociedade civil;
- Estreitar a relação educação e trabalho pela qualificação para o trabalho, reorientação profissional e a capacitação de gestores de políticas públicas.

A segunda diretriz focaliza a Política de Educação voltada para interesses coletivos, com a proposta de proporcionar a descentralização de propostas de educação nos diversos níveis e modalidades para assegurar possibilidades de escolas para diferentes sujeitos de aprendizagem. Preconiza duas possibilidades:

- Reorganização do Conselho Nacional de Educação com visão mais multidisciplinar e ampliada de Educação, melhorando os critérios de indicação de seus membros, cujas competências e trajetórias de vida estejam alinhadas com atuação reconhecida pela sociedade civil e não apenas indicação política;
- Incorporar no Plano Nacional de Educação ações que aproxime a cultura popular e a cultura científica, cuja formação pedagógica possa reunir a prática científica e conteúdos socioculturais por meio da relação ensino/extensão, onde haja disponibilidade do saber acadêmico à comunidade e que esse saber retorne mais ampliado e a relação pesquisa/extensão por meio da produção do conhecimento capaz de compreender criticamente a realidade e interferir na formação acadêmica dos estudantes e professores.

Essas reflexões apontam para a superação dos desafios que a sociedade brasileira precisa enfrentar para assegurar na prática o discurso de uma sociedade democrática. Apresentamos como uma das propostas dessa superação os pressupostos educativos trazidos pelo movimento da Economia Solidária no Brasil, que traduz uma das possibilidades históricas de reconhecimento de outra prática social, política, econômica e fundamentalmente educativa.

Possibilidades de uma política de reparação: perspectivas da Economia Solidária

Os desafios apontados por Dowbor (2002) nos remete a pensar formas de vida social constituídas por outra economia e sociedade, já reconhecida pela estatística de vinte dois mil trabalhadores (as) brasileiros que reproduzem a sua força-de-trabalho buscando outra forma de gestão do social, focado na

solidariedade, cooperação, autonomia e viabilidade econômica.

Essas informações traduzem o movimento político, econômico e social desses trabalhadores (as), na construção de outros caminhos ao realizar as trocas sociais sem a centralidade dos imperativos do mercado assalariado: autonomização do econômico, valorização do individualismo, reforço às relações utilitárias nas trocas sociais e centralidade da vida na possibilidade de consumir e acumular bens materiais. Podemos considerar a Economia Solidária:

- a) um conjunto de práticas socioeconômicas, realizadas por atores sociais provenientes da sociedade civil, com concepções e atitudes que reafirmam os princípios e os valores da emancipação humana;
- b) um movimento social com proposta de contribuir para o desenvolvimento, que permita a integração social das populações, por encontrarem-se alijadas do processo de participação da produção social gerado no país;
- c) novas formas de organizar a produção, ao democratizar as relações sociais com responsabilidade coletiva, poder compartilhado e autogestão, nas atividades de produção, distribuição, consumo e crédito, afirmando valores culturais como a cooperação, a igualdade, a segurança e a valorização da vida;
- d) nova significação do trabalho pela proposta de reaproximar o econômico, o social e o político sob outro registro do social;
- e) a prática de uma pedagogia autogestionária voltada para a emancipação na concepção freiriana.

A Economia Solidária no Brasil não é uma economia de microescala, efêmera e limitada às estratégias de sobrevivência, afirma Gaiger (2003). Sua essencialidade está na organização de grupos populares em busca de segurança, liberdade e dignidade. O seu potencial idealizador suscita mudanças de várias ordens como a ampliação do conceito de economia, considerando-a como um conjunto de atividades voltadas para o sustento da vida e do ser humano. São demandas objetivas e subjetivas, individuais e coletivas, relacionadas com a cultura de um grupo social, por isso perpassada por fatores políticos, sociais, culturais e institucionais.

Os pressupostos dessa outra economia resgatam uma economia atrelada à ética, como ciência do governo e não ciência da riqueza. Esse pensamento esteve presente na obra de Durkheim (1977) denominada a Divisão do Trabalho Social, quando afirma que o progresso industrial e a moral não eram necessariamente coincidentes, assim a moral deveria ser um elemento regulador da economia política.

A Economia Solidária considera a economia como a administração dos recursos coletivos para o bem-comum, o que contribui para se estabelecer

as condições sócio-políticas necessárias para que os membros de uma dada comunidade façam parte da circulação das coisas e das pessoas, com o compartilhamento do poder e dos direitos.

A apropriação desse conceito dá novo sentido ao trabalho, possibilitando a oportunidade dos trabalhadores(as) de viver os valores de cidadania no engajamento à comunidade. Esse processo permite evitar a alienação do trabalho, na concepção de Marx (1984), porque o produtor se reconhece no seu produto, sem estranhamento. No entanto, esse processo não ocorre sem uma prática pedagógica autogestionária.

A possibilidade de compartilhar os desafios e as oportunidades geradas pelo trabalho humanizado na comunidade, por meio de uma educação emancipatória, contribui para que se coloque em xeque a vida administrada somente pelo princípio do mercado, e destaca a necessidade de se estabelecer um processo regulatório do mercado pela sociedade civil e pelo Estado, em comunhão aos princípios voltados para o coletivo dos trabalhadores (as).

A necessidade do controle social do mercado está associada à condição real da democracia, que compreende a relação entre o controle e a emancipação social, ou seja, a liberdade ancorada pela obrigação. O projeto de vida proposta pelo capitalismo nega esse princípio relacional, estabelecendo a liberdade sem reciprocidade e, portanto, sem solidariedade.

Esse fato compromete a integração plena dos sujeitos à vida societária, porque não há como estabelecer vínculos sociais sem o processo de confiança e cooperação, sem compromisso e responsabilidade pelo outro. Nesse sentido, a educação pode ou não contribuir para favorecer a pertinência de vínculos sociais caracterizados pela solidariedade democrática.

De acordo com Girard-Nunes (2007), a Economia Solidária deve ser pensada em termos de integração em diferentes níveis, e esse processo somente poderá ser realizado mediante um pacto democrático da integração, ou seja, a ideia de justiça social precisa constituir-se como valor legitimado pelas instituições, para permitir a mobilidade social. A escola pode ser esse lugar privilegiado, aonde o respeito ao outro aconteça, permitindo a constituição de cidadãos plenos.

Nas análises dessa autora, a sociedade é feita de “desiguais sociais” e o “ethos democrático” torna-se um aspecto importante na Economia Solidária, cujas políticas públicas são qualificadas para ajustar uma integração plena com mobilidade social. Esse pensamento traduz que a organização da sociedade civil, junto ao Estado, deve pensar as políticas sociais e educacionais, que são efetivamente necessárias para a garantia da democracia como um valor aos

direitos humanos.

Para Laville (2004) o *déficit* de democracia motiva a auto-organização coletiva de grupos, que se sentem não reconhecidos em suas necessidades primeiras e que desenvolvem perspectivas de mudanças no agir econômico, priorizando a solidariedade como estratégia social e política da própria sobrevivência. Essa motivação ajuda os movimentos sociais a experimentar outras formas educativas em prol da luta por outra economia, sociedade e educação.

Podemos destacar que a Economia Solidária alia a tradição popular de gerenciamento da vida à solidariedade, que tem sido um dos pilares importantes na forma de organização dos trabalhadores(as), pois encontramos nas comunidades a presença da reciprocidade, da ajuda mútua, do emprestar e oferecer serviços, ocasionando a possibilidade de distribuir equitativamente o esforço coletivo e o controle do social. Essas práticas estão imbuídas de uma educação para a cooperação.

Em síntese, os estudos sobre a Economia Solidária no Brasil apresentam-na como um movimento social, com potencialidades utópicas de transformação social, pensada como alternativa ao sistema capitalista e a uma requalificação do projeto socialista, bem como uma variante da política pública de integração social e de desenvolvimento solidário. Esse fenômeno somente foi possível a partir de uma pedagogia para a autonomia encontrada nas relações de trabalho cotidianas de grupos comunitários, que praticam os princípios e valores dessa outra economia.

Ao compreender a Economia Solidária como o fundamento de um desenvolvimento sustentável e justo, nos leva a reforçar valores culturais que coloca o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, mediada por uma educação que promova o respeito à diversidade. O processo socializador da comunidade, quando tem a educação direcionada para favorecer a solidariedade, consegue estabelecer vínculos sociais e assim colocar em prática um dos fundamentos da Economia Solidária, que é uma educação humanizadora.

A educação humanizadora requer a democratização do conhecimento e de tecnologias sociais apropriadas às demandas dos participantes do movimento social da Economia Solidária. Destaca-se a reciprocidade entre sujeitos, compreendida nos estudos de Simmel (1897) e Piaget (1978), quando mostram que a interação social favorece a aprendizagem por meio da colaboração, cooperação e na busca conjunta do conhecimento.

Esses fatores estão relacionados à busca da autonomia, associando o pensamento lógico operatório à capacidade de estabelecer relações cooperativas.

Ser autônomo significa estar apto a cooperativamente construir o sistema de regras morais e operatórias necessárias à manutenção de relações permeadas pelo respeito mútuo. Ele caracteriza a 'Autonomia' como a capacidade de coordenação de diferentes perspectivas sociais com o pressuposto do respeito recíproco (SIMMEL, 1897; PIAGET, 1978 apud KESSELRING, 1993, p. 173-181).

Para Piaget (1978), a autonomia se desenvolve com a autoconsciência, porque a autonomia intelectual e moral coexistem e se sustentam no respeito mútuo. A sua teoria mostra que, tanto a falta de consciência do eu ou a consciência centrada na autoridade do outro impossibilitam a cooperação, por que o indivíduo se submete às regras e as práticas em função do outro.

Para esse autor a cooperação somente acontece quando o indivíduo se depara com condições de identificar o outro como ele mesmo, e não com si próprio:

As normas racionais e, em particular, essa norma tão importante que é a reciprocidade, não podem se desenvolver senão na e pela cooperação. A razão tem necessidade da cooperação na medida em que ser racional consiste em 'se' situar para submeter o individual ao universal. O respeito mútuo aparece, portanto, como condição necessária da autonomia, sobre o seu duplo aspecto intelectual e moral. (PIAGET, 1978, p. 6)

Essa ideia tem sido importante para afirmação do trabalho humanizado, porque há um apelo aos trabalhadores(as) que sejam autônomos, ou seja, aumentem a sua carga de responsabilidade e autonomização, o que ocasiona lógicas individualistas e de competição. Essa atitude está longe da proposta de autonomia em Piaget, que se remete a uma autonomia com interdependência na ajuda mútua.

A proposta de formação na Economia Solidária se aproxima à teoria de Piaget, quando se propõe que a autonomização para a auto formação seja construída com o outro e pelo outro, num processo de interdependência e de alteridade, na pedagogia autogestionária, que assinala "quando ensino, aprendo". Esse processo pedagógico tem sido praticado pelos atores e autores do próprio movimento social dessa outra economia, por meio de redes de intercâmbio mútuo de saberes, que conduzem a construir e a fortalecer a dimensão coletiva da aprendizagem.

O importante na relação educativa é a implicação do outro e o

reconhecimento dessa partilha em atitudes de diálogo escuta e respeito. Essa atitude leva à confiança dimensionada pelo reconhecimento de papéis, posições e *status* de cada um, onde se define relações sociais que podem ser assimétricas ou não, desde que permitam trocas recíprocas com alternância e reversibilidade.

A autonomia do sujeito esta mediado por atitudes e valores que correspondam a um processo educativo na seguinte pergunta freiriana: quem educa o educador?"Se educamos em comunhão, então a condição primeira deve ser a sociabilidade e a oportunidade de estar juntos em uma mesma luta, sendo reconhecido e reconhecendo o esforço do outro na perspectiva de promover a mudança social para um mundo melhor.

Os encontros, as reuniões, a prosa, o planejamento coletivo e participativo são ações de promoção de relações sociais com valores éticos. Aprender a lidar com a diferença, a ser contrariado, a conter sentimentos negativos e a ouvir o outro são comportamentos que tem como fundamento a presença educativa, a capacidade de colocar-se no lugar do outro.

Para Freire (1996) a educação é permanente e tem dimensão política. Essa abordagem nos leva a pensar como é possível a construção coletiva de um projeto de sociedade democrática em espaços educativos marcados pelo individualismo? Como produzir o conhecimento coletivamente? Em que medida conseguimos superar dificuldades de ordem pessoal e coletiva e resgatar a integridade física, psicológica e moral dos que se encontram excluídos do mundo do trabalho assalariado?

Essas questões revelam o tamanho do desafio da construção de uma sociedade justa e solidária alinhada a um Plano Nacional de Educação que leve a um projeto de vida social integrando a dimensão pessoal (identidade, autoestima, autoconceito, confiança, sentido da vida) com a dimensão social (trabalho, emprego, educação profissional e comunitária).

O processo pedagógico autogestionário pressupõe eixos estruturantes como a condição de abertura ao outro (ouvir, argumentar, entender); a reciprocidade na condição de interação e trocas e compromisso assumido com o outro, onde a presença, a ajuda-mútua e a reciprocidade devem fazer parte das ações cotidianas.

Nesse caso, a função do educador é dotada de sentido de solidariedade, que é uma aprendizagem para aprender a Conhecer, a Ser, a Fazer e a Viver e Conviver Juntos.

Por isso, a importância do ato educativo é compreender a sociedade como expressão coletiva e compartilhada, onde os gestos, os rituais, as crenças

e as formas de trocas envolvem todos os membros de um grupo social que são permanentemente acionados pelos recursos afetivos, cognitivos, materiais e espirituais existentes na comunidade. Revelar tal intenção e transformá-la em ação de política pública é o objetivo maior de todo movimento social, quando suas demandas são objeto de programas, projetos e ações promovidas pelo estado.

O engajamento dos educadores no movimento da Economia Solidária e a contribuição em promover a conscientização dos seus membros da necessidade de uma mudança social rumo a um projeto de sociedade democrática torna o campo da educação um fator preponderante para assegurar o engajamento político e a busca de novas formas de organizar a vida comunitária.

A questão é como os educadores dessa nova ação podem fortalecer as práticas solidárias no convívio cotidiano e resgatar a dignidade humana. Nessa intenção, apresentamos a proposta de educação na perspectiva da Economia Solidária, cujos pressupostos foram constituídos por aqueles que acreditam nesse projeto e ainda mais na potencialidade de um processo educativo capaz de promover a mudança individual e coletiva em prol de uma sociedade com a presença da solidariedade democrática.

Pressupostos de formação de formadores em Educação na Economia Solidária

Nesse texto apresentamos as diretrizes de formação/educação em Economia Solidária. O Objetivo foi sistematizar os pressupostos, valores e princípios de uma educação autogestionária, que pudesse contribuir para democratizar o mundo e as relações de trabalho.

Na Economia Solidária temos a oportunidade de exercer a formação e a educação cidadã, quando praticamos a construção do conhecimento de forma coletiva e com diálogo às diferentes formas de produção do conhecimento, por meio de encontros pedagógicos entre os atores e autores da proposta dessa outra economia e sociedade.

É no caminhar que aprendemos, é no “fazer fazendo” que fomos construindo o arcabouço de uma educação para a solidariedade, por meio do resgate das experiências vindas do movimento social na constituição de seu próprio modo de trabalhar e viver.

Nesse sentido, vamos resgatar uma das primeiras formações realizadas pela Economia Solidária, em 2007, que serviu de base para futuras melhorias nesse campo de aprendizagem. Estamos nos referindo à oficina nacional de formação, em Brasília, com representação de empreendimentos

econômicos solidários, gestores públicos e entidades de apoio e fomento, representantes de todas as regiões do país, totalizando 50 participantes. Esses atores, reunidos, tinham em comum a crença em um projeto de sociedade democrática, que somente poderia se concretizar por meio de um processo educativo emancipatório.

O objetivo foi apreender as práticas e as ideias e sistematizá-las em um documento - síntese para expressar o pensamento sobre a formação/educação na perspectiva dessa outra economia. Esse encontro baseou-se nas próprias experiências dos participantes com a prática da educação nos seus processos formativos.

Na abertura desse encontro ocorreu uma mística (atividade que promove uma reflexão e um sentimento que revela o sentido de estar ali) por meio de uma cantoria coletiva, em roda, onde ouvir a própria voz e a voz coletiva vai se confundindo e nos revelando o significado da força da união com um objetivo comum. Viemos ali para construir juntos ouvindo o outro e se fazendo ouvir e o interesse de cada um se mistura ao interesse de todos e foi esse o lema de todo o encontro. Esse momento promoveu a sensibilização e a abertura para o diálogo.

A programação do encontro foi validada coletivamente e cada participante escolheu atividades que pudessem contribuir melhor para o êxito do evento. A organização do encontro teve dois eixos: i) formação de formadores/multiplicadores; e, ii) experiências de formação para empreendimentos econômicos solidários. Cinco aspectos do processo formativo foram contemplados: princípios para uma formação em Economia Solidária, conteúdos, metodologias, processos de sistematização e avaliação e relação com as políticas públicas.

Cada um dos aspectos do processo formativo esteve como pauta e reflexão em um grupo específico que elaborou um conjunto de proposições, que foram apresentadas e discutidas em plenária mais ampla. Gerou um documento coletivo e alguns encaminhamentos para a continuidade do processo de construção de uma estratégia de formação/educação em Economia Solidária.

O resultado dessa atividade foi a organização de um caderno com os princípios do processo formativo em Economia Solidária, onde se destacou algumas diretrizes importantes:

- A aprendizagem é um processo e ocorre no planejamento, no diagnóstico, nos conteúdos, na avaliação e na sistematização e não está circunscrita apenas a formatos como curso, consultorias e assessorias;
- Os sujeitos da aprendizagem são singulares, múltiplos, diversos e uno;
- Os espaços de formação são mediados pela participação em feiras, fóruns,

redes, sindicatos, comitês, comissões, conselhos. Nesses espaços é possível fazer mediações entre o conhecimento micro e macro, teoria e prática, economia e política, social e o técnico. O conhecimento parte das experiências e práticas do educando-educador e nas suas trocas de saberes;

- As ferramentas para a aprendizagem podem estar contidas nas músicas, vídeos, álbuns seriados, teatro, jogos interativos, místicas como ciranda, trocas solidárias, símbolos e gestos que simbolizam o sentido da vida;

- A metodologia é considerada também um processo social e não técnica-formal, e é uma estratégia de valorização de diferentes saberes, uma parceria de sujeitos históricos, não faz a superação entre o trabalho manual e intelectual. Utiliza a prática pedagógica autogestionária (construir com e não fazer para);

- O princípio metodológico básico está ancorado nas relações de confiança, formação de vínculos afetivos e significações com dimensões formativas que envolva a dimensão econômica, política, cultural, ambiental, espiritual, pedagógica e social;

- Os conteúdos da formação são módulos não lineares, mas conectados, que abrange informações sobre a história do trabalho, as contradições do capitalismo, a constituição do ser brasileiro e os pressupostos da Economia Solidária com proposta de um desenvolvimento social com princípios de autogestão e sustentabilidade;

- As informações devem ser organizadas e sistematizadas. São importantes fontes de registros as pautas de reuniões, atas, construção da memória do grupo, fotografias, linhas do tempo. Os registros devem construir categorias de análise, como: impactos, contradições, avanços e possibilidades para realinhamento de ações.

Essas orientações foram reforçadas na 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária/CONAES²:

[...] a formação em economia solidária seja definida como uma 'construção social' inerente aos processos de trabalho autogestionários, como elemento fundamental para viabilizar as iniciativas econômicas, para ampliação da cidadania ativa e do processo democrático, como um movimento cultural e ético de transformação das relações sociais e intersubjetivas como base de um novo modelo de desenvolvimento. Reconhece a centralidade a concepção de formado trabalho na construção do conhecimento técnico e social, articulando o trabalho e a educação na perspectiva da promoção do desenvolvimento sus-

² A 3ª CONAES ocorreu em dezembro de 2014 em Brasília com o tema Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável.

tentável, orientando ações político-pedagógicas autogestionárias e solidárias (III CONAES).

Um aspecto importante foi a proposta de reconhecimento dos acúmulos, da diversidade e da pluralidade de iniciativas de formação em Economia Solidária, dado as diferentes experiências formativas em educação popular e os diferentes atores desse processo articulados pelas trocas de saberes. Nesse sentido ocorreu a valorização dos/as trabalhadores (as) da economia solidária como pessoas dotadas de saberes e identidades socialmente construídas, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural, étnica, social, regional e de gênero.

Na Conferência foi proposto que houvesse a qualificação da educação formal (fundamental, médio e superior), com base na Educação Popular e Economia Solidária, com foco na autogestão e a promoção da formação continuada em Economia Solidária dos/as educadores/as que atuem com Educação de jovens e adultos/EJA.

Uma importante reivindicação foi a necessidade de articulação da Economia Solidária com a Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Educação do Campo, utilizando a abordagem da Educação Popular.

Em síntese, a Conferência registrou a proposta de educação e formação no campo da Economia Solidária como uma possibilidade de contribuir para a mudança social e de estabelecer a vida sob outras bases contra-hegemônicas, priorizando condições dignas de trabalho e uma educação para a cidadania.

Considerações finais

A Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe nova prática social fundamentada em valores que promovem a melhoria da condição humana. Há um acordo ontológico entre os sujeitos desse campo que aprendem a cada dia a construir a Economia Solidária praticando os seus valores e promovendo processo educativo autogestionário.

A educação pela valorização da vida digna é possível desde que se vincule educação e cidadania, educação e trabalho, educação e justiça social, na perspectiva de inclusão, diversidade e igualdade social.

Pressupomos uma identificação dos sujeitos da aprendizagem como uma unidade na diversidade de gênero, étnico-racial e geracional, que possuem trajetórias diferenciadas com o mundo do trabalho, o que lhes aproxima mais ou menos da possibilidade de ter “direito a ter direitos”.

A educação oferecida pelo campo da Economia Solidária é desencadeada a partir da realidade dos sujeitos dessa aprendizagem e que tem a prática como ponto de partida e o processo no resgate das histórias de vida como impulsionadora da formação. Essa formação deve estar comprometida com o projeto de desenvolvimento local e identidade e articulada aos movimentos sociais.

A proposta de educação nessa outra economia exige a compreensão do outro no seu tempo de aprendizagem, nos seus limites e nas suas potencialidades.

Nesse sentido, a escola precisa gerar currículos que expressam as demandas sociais pelo atendimento às necessidades emergentes da comunidade, ligadas às crises econômicas, sociais e políticas, no nível conjuntural e estrutural, que perpassa toda a sociedade e afeta a população mais empobrecida, como a geração de trabalho e renda, novas formas de proteção social, políticas de transferência de renda e política de habitação alternativa.

Essas considerações nos revelam um caminho de boas práticas para desenvolvermos os princípios e fundamentos da Economia Solidária que propõe uma educação para o reconhecimento da diversidade e das múltiplas formas de conhecer o mundo e se envolver com o mundo. É nesse sentido que a Economia Solidária pode se constituir em uma política de reparação de uma educação que não conseguiu promover o desenvolvimento social do país tendo o ser humano como seu fim.

Referências

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Uma crônica do Trabalho. 4. ed., Petrópolis: Vozes, 1998.

DOWBOR, Ladislaw. *Reprodução Social - tecnologia, globalização e governabilidade*. vol.1, nº1. Petrópolis: Vozes, 2002

DURKHEIM, Emile. *A Divisão do Trabalho Social*. LISBOA: Presença, 1977.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GAIGER, L.I. *Empreendimentos Econômicos Solidários*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

GIRARD NUNES Christiane “Os elos horizontais” in revista: “Tiers Monde” re-

vue de La Sorbonne. Paris, 2007

LAVILLE, Jean-Louis & FRANÇA FILHO, Genauto C. *Economia Solidária uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MARX, Karl. *O Capital*. 9. ed., São Paulo: Difel, V. I 1984.

_____. *Economic and philosophical manuscripts*. In: _____. *Early writings*. London: Pelican, (1844), 1977.

PIAGET, J. *Biologia e Conhecimento*. Porto: Rés Editora, 1978.

SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA. *Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira*. Dados do IRPF 2015/2014. Maio de 2016.

SIMMEL, G. 1897. *Comment les formes sociales se maintiennent in l'Année Sociologique*, annex 1, 1896-1897, pp. 71-109.

_____. *Termo de Referência em Economia Solidária*. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acessado em: 2004.

_____. *Termo de Referência "Formação de agentes de desenvolvimento solidário"*. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acessado em: 2004.

Data de recebimento: 25.11.2015
Data de aceite: 29.05.2017